

## UMA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO: um percurso histórico pelas ondas do feminismo

Rayanna Ceres Maciel de MIRANDA<sup>1</sup>  
Ana Paula ANDRADE<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho busca analisar a história do movimento feminista para compreender o contexto do surgimento dos estudos de gênero. A finalidade da investigação é o entendimento da categoria gênero para realizar uma análise desta temática em livros didáticos de matemática, objeto de estudo da pesquisa de mestrado em desenvolvimento de uma das autoras. Para compreensão aprofundada da temática, realizamos uma revisão bibliográfica a fim de revisitarmos as ondas do feminismo com intuito de identificar as conquistas e lacunas de cada uma das quatro ondas, buscando conhecer o caminho percorrido para que os estudos da mulher se tornassem estudos de gênero. Identificamos que a primeira onda, conhecida como o sufragismo, reuniu mulheres em busca da igualdade de direitos. A segunda onda trouxe à tona a opressão que as mulheres sofriam por seus companheiros e foi marcada por não incluir as pautas das mulheres negras e de outras diversidades de mulheres. Na terceira onda tentou-se preencher a lacuna da falta de diversidade, com isso surge a categoria gênero e o movimento feminista passa a abranger de forma mais efetiva outros movimentos, como o movimento negro. Atualmente, estamos vivenciando a quarta onda do feminismo que tem acontecido de forma decolonial incluindo os feminismos pós-coloniais, negro, comunitário e indígena. Assim sendo, consideramos que o uso da categoria gênero tornou-se relevante na terceira onda do movimento feminista e foi essencial para unificar as pautas e aumentar a força dos movimentos contra as desigualdades de gênero. A partir dos estudos do feminismo decolonial, gênero tem se tornado um conceito cada vez mais agregador, questionando a colonialidade do saber, do poder e do ser. Dessa forma, esta investigação contribuiu para nossa pesquisa de mestrado direcionando nosso olhar para encontrar no livro didático performances de gênero, considerando, além da interseccionalidade de gênero, raça e classe, o feminismo decolonial.

**Palavras-chave:** Movimento feminista; Gênero; Educação; História do feminismo.

### Introdução

Os estudos de gênero compreendem que as diferenças apontadas como naturais entre os sexos

---

<sup>1</sup> UEMG. rayannaceres@yahoo.com.br

<sup>2</sup> UEMG. anapandrade@yahoo.com.br

são, na verdade, construções sociais. Para isso, importa compreender as relações de poder entre os sexos e como elas se estruturam e, assim, estabelecer significados históricos e sociais para as desigualdades de gênero.

Neste texto, buscamos compreender o percurso histórico do feminismo para entender como se deu a construção da categoria gênero. Através de uma revisão bibliográfica, revisitamos as ondas do feminismo com intuito de entender as conquistas e as lacunas de cada período até o momento da transição dos estudos da mulher para os estudos de gênero.

Este estudo vem da necessidade do entendimento da categoria gênero para que fosse possível realizar uma análise de gêneros em livros didáticos de matemática, objeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento de uma das autoras. Dessa forma, não é objetivo desse texto abordar tal análise de livros didáticos, mas sim aprofundar na construção histórica da categoria gênero.

No século XIX que o movimento feminista começou a ganhar força e reivindicar os direitos das mulheres enquanto cidadãs. Embora, ao longo da história mulheres que se sentiam oprimidas e injustiçadas também lutavam por seus direitos. Um exemplo disso são as mulheres do século XV que questionaram o patriarcado, pois percebiam que seus conhecimentos, sobretudo aqueles relacionados a saúde e educação, não era valorizado. Essas mulheres, resistentes ao sistema, foram taxadas de bruxas e personificadas como o mal, que iria destruir o progresso. Daí foram perseguidas, presas e mortas em fogueiras de forma ostensiva por quatro séculos. (FEDERICI, 2014).

Já é possível notar, a partir deste e outros movimentos, que a luta das mulheres possui um fluxo semelhante ao de “ondas”. O uso do termo “ondas” sugere um movimento de fluxo e refluxo, de calma e agitação. Também sugere um movimento forte, intenso e realizado em grupo. “Ondas” também permite que entendemos cada momento como um processo, sem a possibilidade de definir datas para início e fim de uma onda. (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Neste trabalho trazemos um breve histórico sobre cada uma dessas ondas e apontamos aspectos importantes de cada período. Além de culminarmos na construção da categoria gênero, elencar alguns de seus significados e apontar a importância de se utilizar esse termo para a universalização das pautas que se relacionam a sexo, sexualidade, raça e classe.

## O sufragismo

O movimento feminista que lutou pelo direito ao voto iniciou na Inglaterra no século XIX e ficou conhecido como sufragismo. Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) contextualizam que nesse período já acontecia o sufrágio universal que era a luta do operariado masculino por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania.

Entretanto, as conquistas adquiridas através do sufrágio universal não incluíam as mulheres, portanto elas iniciaram uma luta específica: o sufrágio feminino. A cientista política Céli Regina Jardim Pinto (2010) explica que as mulheres participantes desse movimento (conhecidas como “sufragetes”) realizaram diversas manifestações: fizeram greve de fome, foram presas e a feminista Emily Davison acabou falecendo ao atirar-se à frente do cavalo do rei na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, o sufragismo feminino ocorria concomitante à luta pela abolição da escravidão e na medida que as mulheres brancas participavam do movimento abolicionista mais se davam conta da própria sujeição enquanto mulheres. Angela Davis (2016) explica que as mulheres negras estavam tanto nos movimentos feministas pela igualdade de direitos quanto no movimento abolicionista. Entretanto, após a abolição, o movimento feminista branco não incorporou as suas lutas às necessidades da mulher negra. Pelo contrário, tornou-se mais um instrumento de opressão e ocasionou a separação entre feminismo branco e negro.

Neste contexto, quando o movimento sufragista utilizava a palavra “mulher” não estava abrangendo as especificidades das mulheres negras e operárias. A campanha sufragista invisibilizou a mulher negra, e embora líderes operárias tentaram organizar as trabalhadoras para engajarem na luta, a massa trabalhadora não aderiu ao movimento pois não viam suas necessidades sendo consideradas e discutidas. Davis (2016) explica que “a massa das trabalhadoras estava muito mais preocupada com seus problemas imediatos – salários, jornadas, condições de trabalho – para lutar por uma causa que parecia imensamente abstrata.” (DAVIS, 2016, p. 146).

No Brasil é possível encontrar referências ao sufragismo feminino desde o século XIX. Alguns deputados sufragistas já haviam escrito projetos que permitiam, em condições especiais, o voto feminino. Porém, além de nenhum desses projetos ser aprovado, ainda eram motivo de chacota

para os conservadores da época. Com a Proclamação da República e a Constituinte Republicana de 1981 o assunto voltou a ser debatido. No anteprojeto da Constituinte não havia proibição do voto feminino, apenas estipulava que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei” (ANAIS DA CONSTITUINTE, 1926, p.438).

Algumas emendas foram escritas alterando o texto. Algumas garantiam o voto feminino sem impor nenhuma condição ou distinção de sexo. Outras, estendiam o direito de voto apenas às mulheres que desempenhassem atividades profissionais, excluindo as casadas. De qualquer forma, a maioria dos constituintes não aceitou as alterações e permaneceu assim o texto original, que não permitia o voto feminino em nenhuma circunstância. (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019)

Tais debates sobre o voto feminino na Constituinte de 1891 foram todos realizados por homens. Apenas no início do século XX que a pauta do sufrágio veio à tona liderado por uma mulher. Em 1910, a professora Deolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino com o objetivo de debater sobre o voto da mulher. Em 1919 a bióloga Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação da Mulher e seguiu com a luta pelo sufrágio. Ela organizou uma campanha pela aprovação do voto feminino em 1927 e com a intensidade das manifestações pelo país, conseguiu que os estados fossem aderindo o direito ao voto das mulheres. Até que, em 1932, Getúlio Vargas, o então presidente, promulgou por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres. Outro movimento importante para o movimento feminista no Brasil foi o das operárias que formaram a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” que denunciaram a condição das mulheres nas fábricas e oficinas. Elas escreveram um memorial assinado por trezentas costureiras com as seguintes solicitações:

jornada de oito horas de trabalho; o domingo como o dia de descanso; pagamento mensal no dia cinco; entrada no trabalho às oito horas e saída às cinco horas; uma hora de almoço; aumento dos salários de todas as trabalhadoras; aumento de 40% dos preços das peças confeccionadas em seu próprio domicílio; nenhuma demissão sem justificativa; e o reconhecimento da União das Costureiras como sindicato e intermediário das relações de trabalho. (CAMPOS, 2021, p. 6-7).

A greve das operárias foi amplamente divulgada pelos jornais e muitos donos das fábricas responderam com violência e demissões. Entretanto, as grevistas não recuaram e o movimento

foi ganhando mais operárias no decorrer dos dias. A líder do movimento, Elvira Boni, se reuniu diversas vezes com os representantes do governo e dos patrões e após quase um mês, a greve se findou com as grevistas vitoriosas. A União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas permaneceu ativa até 1922, representando os interesses das trabalhadoras.

Mais adiante na história, o movimento sufragista e as lutas por direitos públicos das mulheres passaram a ser considerados como a primeira onda do movimento feminista. Embora Alves e Pitanguy (1985) considerem que o movimento sufragista não se confunde com o feminismo, pode-se considerá-lo um movimento feminista, pois lutou pela inclusão da mulher na vida pública.

Posteriormente, após a conquista do seu principal objetivo, o voto feminino, o movimento feminista foi perdendo forças tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil. No período das duas grandes guerras do século XX, era de grande interesse econômico que as mulheres assumissem a vida pública. Era preciso valorizar a mão de obra feminina para que os homens estivessem livres para ir à guerra. Deu-se então uma suposta igualdade entre homens e mulheres que durou até o fim da II guerra mundial. Após às guerras, já na década de 1950, as diferenças biológicas voltaram a demarcar efetivamente o espaço doméstico para a mulher e o espaço público para os homens. Houve toda uma campanha para a mulher ser do lar e dedicar à família. (SANTOS, 2017).

### **Segunda onda: o movimento feminista é para todas?**

O movimento feminista volta a tomar força a partir da década de 1960. Os direitos reivindicados na primeira onda do feminismo haviam sido conquistados, mas as discussões que começaram a circular questionavam se a igualdade de direitos estava apenas no papel. Isso porque na vida prática as mulheres ainda estavam em um local de submissão aos homens. Seriam as mulheres biologicamente inferior aos homens? O que significa ser mulher? Qual é a história da mulher no mundo? Estes e outros questionamentos surgiram e para a discussão dessas ideias o livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir escrito em 1949 que se tornou uma referência (CAMPOI, 2011). No livro em específico, no segundo volume, a autora afirma que:

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esses produtos [...]. (BEAUVOIR, 2019, p.11).

Beauvoir questiona as raízes da desigualdade entre homens e mulheres e anuncia que o “ser homem” e “ser mulher” são criações culturais, sendo assim são comportamentos apreendidos e não naturais. (ALVES; PITANGUY, 1985). A partir desse contexto as pesquisadoras Vanessa Biondini e Daniela Passos refletem que:

pensar os “papeis sexuais” constituídos na sociedade passava por, também, analisar a categoria mulher (e homem) enquanto um “construto social”. A dominação masculina, de acordo com Beauvoir, explicaria-se por aspectos históricos e culturais de como a “fêmea humana” ou o corpo de mulher foi construído ao longo dos tempos. (BIONDINI; PASSOS, 2022, p. 55)

Inspirada pelo livro de Beauvoir, Betty Friedan escreveu em 1963 o livro “A mística feminina”. Nele questionava-se sobre a forma que as mulheres brancas eram retratadas na mídia e como a imagem da família perfeita não refletia de fato a felicidade das mulheres. Algumas histórias creditam o lançamento desse livro como o início da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, trazendo a concepção de uma mulher reflexiva em busca de seus direitos e valores que foram negados pela sociedade machista (DUARTE, 2006). Neste momento, é possível perceber que há um deslocamento do lugar do sujeito no movimento feminista, Martins (2015) compreende que:

se, na primeira onda do feminismo, se evidenciam, em diversos lugares do mundo, movimentos de mulheres que reivindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias no mundo do trabalho, a segunda onda realociza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades. O imaginário de igualdade e da superação das opressões transita, nesse processo, da rua para a casa, da fábrica para o lar. O opressor, do mesmo modo, é personalizado na figura do patriarca – aquele que, no âmbito das relações domésticas e familiares, estaria a inibir por meio da violência física e emocional, a fruição dos direitos e o avanço das conquistas das mulheres. (MARTINS, 2015, p. 233).

Nesse novo contexto histórico do feminismo, permanecia a luta pelos direitos civis e políticos e acrescentava-se o direito ao corpo e a sexualidade. Mas o que não se somou ao movimento foram as demandas da mulher negra, que não se sentiam contempladas no movimento feminista

e também não se sentiam contempladas no movimento negro (HOOKS, 2017).

hooks também teceu críticas ao livro de Betty Friedan, que havia se tornado um símbolo do feminismo. Em uma de suas considerações sobre o livro, ela afirma que a teoria feminista havia sido dominada pelas mulheres brancas, que tinham “pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista”. (HOOKS, 2015, p. 196).

A autora também explicita a forma que Friedan considera apenas as demandas das mulheres brancas, casadas, com formação universitária, de classe média alta cujos anseios eram ter liberdade para trabalhar fora de casa e ter as mesmas condições de trabalho que os homens. E as mulheres sem homem? Sem filho? Sem lar? Pobres?

Friedan não conseguiu ir além de sua própria experiência para universalizar o feminismo e, mesmo assim, ela é uma das principais formadoras do pensamento feminista contemporâneo. Embora hooks (2015) considere útil seu trabalho para aquele seletivo grupo de mulheres, ressalta que:

examinado a partir de uma perspectiva diferente, ele também pode ser considerado um estudo de caso sobre narcisismo, insensibilidade, sentimentalismo e autoindulgência, que atinge o seu pico quando a autora, em um capítulo intitulado "Crescente desumanização", faz uma comparação entre os efeitos psicológicos do isolamento sobre as donas de casa brancas e o impacto que o confinamento tem no autoconceito dos prisioneiros nos campos de concentração nazistas. (HOOKS, 2015, p. 195).

No Brasil, o movimento feminista também defendia majoritariamente as questões da mulher branca. Apresentavam novas ideias e concepções sobre a mulheres, partindo do cotidiano da branquitude. Embora muitas dessas pautas, incluísse a mulher negra, como a luta por melhores condições de trabalho, as lutas sindicais, as garantias de saúde e segurança, a autonomia e conquista de direitos, não havia um olhar para as demandas específicas da mulher negra (RIBEIRO, 2006).

Segundo a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2009), outro aspecto deste período foi a forma com que o movimento feminista foi se constituindo através de questionamentos relacionados a “família, sexualidade, representações, cotidiano e grupos excluídos.” (p.160). A pesquisadora Louise Tilly (1994) chama atenção ao fato de que por esses questionamentos terem sido

levantados e debatidos pelas próprias mulheres permitiu que a história das mulheres fosse escrita por elas, se tornando um movimento diferente da maior parte da história de outros movimentos. Tilly argumenta que

certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980. (1994, p. 31)

Devido a diversidade de mulheres que iniciou a construção da História das Mulheres é possível encontrar produções que reúnem diversos assuntos e metodologias, porém encontra-se alguns elos comuns entre estes trabalhos. Pinsky (2009) aponta que o resgate da importância das mulheres do passado e a ideia de que o “ser mulher” é uma construção histórico-social foram duas dessas temáticas comuns nos estudos da mulher na década de 1970.

A partir das pesquisas das mulheres do passado, percebeu-se que a História das Mulheres foi esquecida na História Geral, o que ocasionou que vários historiadores reivindicassem a inclusão das mulheres. Entretanto, a historiadora Joan Scott (1989) elucidou que a historiografia tradicional já bem delimitada com suas fontes, fatos e recortes não sofreu alterações efetivas naquele momento, mas isso não quer dizer que não iniciaram algumas mudanças, pois abriu-se espaço na história para contestar o homem branco e ocidental como protagonista da história da humanidade. Surgem evidências da participação efetiva das mulheres nos fatos históricos e biografias de mulheres, sejam individuais ou coletivas. Historiadores buscaram experiências de mulheres nas diversas classes e etnias e encontraram atuações femininas diversas (TILLY, 1994).

Neste ponto do movimento feminista, embora houvessem estudos sobre a mulher feito por diversos grupos, não existia uma universalização do pensamento feminista. A esse respeito, hooks traz algumas recordações:

Quando participei de grupos feministas, descobri que as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e outras participantes não brancas. A condescendência que elas dirigiam a mulheres negras era um dos meios que empregavam para nos lembrar de que o movimento de mulheres



era “delas” – que podíamos participar porque elas nos permitiam, até mesmo incentivaram; afinal, éramos necessárias para legitimar o processo. Elas não nos viam como iguais, não nos tratavam como iguais. E, embora esperassem que fornecêssemos relatos em primeira mão da experiência negra, achavam que era papel delas decidir se essas experiências eram autênticas. (HOOKS, 2015, p. 2014).

Assim como bell hooks, outras tantas mulheres que não se sentiam contempladas pelo movimento feminista passaram a ter suas ideias difundidas e aos poucos o feminismo foi tecendo novas teias. Não havia mais espaço para estudar a mulher apenas como uma categoria biológica, dentro de um único contexto social. (TILLY, 1994). Então, o movimento feminista deixou de focar exclusivamente no estudo das mulheres e passou a dar enfoque para o estudo das relações e assim às questões de gênero. Percebeu-se que para compreender a experiência feminina também precisa-se compreender a experiência masculina e as relações de poder entre raça, sexo e classe (PINSKY, 2009).

### **Surgimento da categoria de gênero**

No contexto em que se encontrava o movimento feminista na década de 1980, já não era suficiente utilizar sexo, ou diferenças sexuais para os estudos da experiência feminina e todas as relações que a envolviam. Na primeira e segunda onda do feminismo, as mulheres solidificaram-se como sujeitas centrais do movimento, ocuparam espaços que antes a oprimiam, porém agora novas questões apareciam (HOOKS, 2017). Surge então, a terceira onda do feminismo, que segue com o movimento de luta política, porém busca acrescentar uma série de variáveis, como identidade de gênero, etnia, orientação sexual e outros (GARCIA, 2011).

No Brasil, uma das pioneiras no trabalho acadêmico sobre o feminismo negro, Lélia Gonzalez, lutou pela visibilidade da mulher negra. Em 1983, ela escreveu sobre o mito da supremacia branca, que reforça a imagem de negros e indígenas como inferiores através dos meios de comunicação. Isso porque:

o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do

branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALES, 1988, p. 73).

A partir de 1985 o feminismo começa a incorporar demandas da militância sindical, popular e negras. Nesse ano ocorreu a Conferência Internacional de Mulheres em Nairobi. A socióloga Avtar Brah esteve presente no evento e revela que embora o objetivo da conferência era tratar problemas da subordinação feminina universal, a reunião de mais de dez mil mulheres de 250 países diferentes permitiu que fosse possível notar a heterogeneidade das condições das mulheres. É nesse contexto que feministas estadunidenses passam a utilizar o termo gênero para designar “o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.” (SCOTT, 1989, p. 3).

Dessa forma, Joan Scott (1989) explica que o uso da palavra mulher foi gradualmente sendo substituído por gênero. Algumas vezes, pesquisadores preferiam utilizar o termo gênero, por ter uma conotação mais neutra e erudita tendo mais reconhecimento político no campo de pesquisa. Scott (1989) traz também outras aplicações do termo gênero, como por exemplo, a ideia de que é necessário estudar os homens para compreender a história das mulheres. Além disso, o gênero indica as construções sociais que fazem parte de um sistema de relações que pode ou não incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo ou pela sexualidade.

Nesse período, os debates feministas começam a incluir relações raciais e étnicas, ou seja, começaram a compreender as questões de gênero a partir da interseccionalidade. A pesquisadora Kimberle Crenshaw (2012) explica que a interseccionalidade busca considerar nos debates sobre gênero as questões raciais e econômicas, pois essas interações resultam em sistemas discriminatórios que geram desigualdades sociais. Considerar as intersecções possibilita um maior entendimento do funcionamento do racismo, patriarcalismo e opressões de classe. Nesse contexto a autora aponta que um dos desafios da interseccionalidade é compreender a diferença. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena em 1992 e a IV Conferência da Mulher em Beijing em 1995 são marcos importantes para o feminismo. A partir dessas

conferências difundiu-se a ideia de que os direitos da mulher são direitos humanos. E dessa forma, as mulheres precisam ser protegidas e ter garantidos os seus direitos (CRENSHAW, 2012).

Assim sendo, nas décadas de 1990 e 2000 houve maior participação da mulher na política, que começou a ocupar cargos que antes eram exclusivamente masculinos, tais como espaços em ministérios, diretorias, gerência, coordenadorias e secretarias. Como consequência há maior cobrança ao Estado pela efetividade dos direitos da mulher (CRENSHAW, 2012). Essa cobrança também ocorre por meio de mobilizações sociais, cada vez mais frequentes, graças ao ativismo digital, que muitos estudiosos notificam como a quarta onda do feminismo.

### **A chegada da quarta onda**

A década de 2010 foi marcada pelo rápido desenvolvimento da internet e das redes sociais. As novas tecnologias alteraram a forma de comunicação virtual, o que possibilitou um ativismo digital ou ciberativismo. Os movimentos sociais passaram a propagar suas ideias, realizar conexões e organizar eventos utilizando a internet. Nesse contexto, o movimento feminista também aderiu a era digital sendo conhecido como ciberfeminismo (PEREZ; RICOLDI, 2019). Não é possível definir o ciberfeminismo com um posicionamento único, pois há no movimento uma diversidade de pautas e vertentes, que inclusive muitas vezes divergem entre si. Tais como: o Feminismo Radical que possui pautas pró aborto e o Feminismo da Femitude, que defende a vida desde sua concepção. Também há grupos que defendem o direito das mulheres apenas para as mulheres cis gênero (aquelas nascidas com o sexo feminino) e outros grupos que incluem as mulheres trans, o transfeminismo (ROCHA, 2017).

Sendo assim, o conceito de ciberfeminismo pode ser descrito como “um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital” (FERREIRA, 2015, p. 3). Entretanto, de acordo com Carolina Ferreira (2015) essa quarta onda do feminismo não emergiu exclusivamente devido à internet e as redes sociais. As tecnologias reprodutivas possibilitaram a mulher um aumento da atividade reprodutiva que, em conjunto com a inserção das mulheres no meio digital, também trouxe a quebra dos padrões de feminilidade da mulher. Isso porque as redes sociais permitem discussões e debates que dão voz às mulheres e permitem questionar estereótipos sociais, discursos

naturalizantes e a própria supremacia masculina (ROCHA, 2017).

Importante ressaltar, que a interseccionalidade precisa estar presente nas discussões do ciberfeminismo pois, além das tecnologias de informação não chegarem de maneira igual para todas (e para algumas ainda nem chegou), permanecem as diferenças descritas anteriormente pelas feministas, tais como classe social, escolaridade e cor. Nesta perspectiva, é possível observar que mulheres excluídas dos avanços tecnológicos, em situações de pobreza, com baixa escolaridade possuem maior chance de não conhecerem os seus direitos e conseqüentemente não lutar por eles (ROCHA, 2017). Essas questões de interseccionalidade, antes restritas a academia, com advento da internet se popularizam e ganham as redes:

Assim, ao contrário da terceira onda estadunidense, é na quarta onda que o ativismo interseccional ganha força e forma. A ideia de sororidade, que fora já rejeitada em contextos como o estadunidense, se reedita como a forma que mulheres brancas podem, de alguma forma, falar sobre questões como raça e classe sem tomar o “lugar de fala” (para se mencionar expressão da moda); por outro lado, a reflexão e a expressão de intelectuais negras ganha centralidade nesse novo feminismo, antes visto como uma das “especificidades” das mulheres. (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 19).

A partir de mobilizações virtuais é possível pressionar os governantes e gerar importantes mudanças no sistema. Em 2013, foi escrito o Projeto de Lei 03/2013 dispunha sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Na internet houve grande mobilização para que a então presidenta Dilma Rousseff sancionasse o projeto e esta sancionou o projeto, dando origem à lei 12.845/13 (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014). O sucesso dessa mobilização tornou perceptível o poder das redes sociais e suscitou outros movimentos, como #Meuamigosecreto, que estimulava a relatar abusos de gênero sofridos por pessoas próximas e o #PrimeiroAssédio, que incentivava pessoas a relatarem a primeira vez que foram assediadas. O debate gerado pelos relatos contribuiu para trazer reflexões acerca do feminismo (ROCHA, 2017). Em suma, a quarta onda do feminismo ainda está em curso, mas é possível elencar algumas de suas principais características:

o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o “feminismo de hashtag”); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismos em torno de

questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes). (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 5).

Dessa forma, é possível observar que esta nova onda do feminismo abrangeu mais seções. Perez e Ricoldi (2019) observaram nos trabalhos sobre o feminismo um aumento de discussões que incluem o movimento negro, o movimento LGBT e, incluem debates sobre o masculino. Assim, inferimos que a adoção de lutas interseccionais contribuiu para incluir diversos movimentos nos estudos sobre questão de gênero, mesmo que nem todas as vertentes do feminismo se considerem interseccionais.

### **Considerações finais**

Este trabalho trouxe algumas ideias das quatro ondas do feminismo, trazendo um enfoque para a construção histórica da categoria gênero até seu uso nos dias de hoje. Consideramos, a partir das reflexões trazidas neste trabalho, que uso da palavra gênero foi essencial para unificar as pautas e aumentar a força das ondas dos movimentos contra as desigualdades de gênero. Ficou claro que as diferenças sexuais são frutos da história e estudar gênero é uma forma de dar significado as relações de poder e desmistificar símbolos de opressão (SCOTT, 1989).

Concluímos este texto refletindo sobre o quão foi importante a criação da categoria gênero para o movimento feminista. O uso do termo possibilitou que o campo de pesquisa gênero abrangesse de forma mais efetiva estudos interseccionais e incluísse as pautas do movimento negro e LGBT de forma mais orgânica.

Com a chegada da quarta onda houve um aumento da divulgação de informações e conseqüentemente das discussões nas redes sociais. Embora, esse momento social tenha um poder agregador e possibilita que mais pessoas tenham acesso aos estudos do movimento feminista, há nas redes debates agressivos, que incitam a violência, além de um grande número de veiculação de informações falsas, que podem incutir ideias errôneas sobre o movimento feminista. Dessa forma, pensamos que os estudos de gênero se tornam cada vez mais necessários para que o movimento feminista abranja cada vez mais pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Vol II. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Brasil, 1926. **Annaes do Congresso Constituinte da República [1890]**. Vol 2. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13596>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. 2006, n.26, p.329-376. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022. DOI: 10.1590/S0104-83332006000100014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 05 jun. 2022.

BIONDINI; Vanessa Fernandes; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. Mulheres, história e poder: a questão feminina na obra *The handmaid's tale*. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 42, jan-abril, 2022, p.53-67. DOI: 10.15210/CDL.V0I42.21014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/21014>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História (São Paulo)**. Franca, v. 30, n. 2, 2011. p. 196-213. DOI: 10.1590/S0101-90742011000200010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/rxXDkxX8hshjGT9vsDwbndx/?lang=pt#>. Acesso em 23 mai. 2022.

CAMPOS, Beatriz Luedemann. Companheiras em greve: o movimento paredista da União das Costureiras em junho de 1919. **Revista Angelus Novus**, a. 12, n. 17, 2021, p. 1-19. DOI: 10.11606/issn.2179-5487.v12i17p189595. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189595>. Acesso em 30 mai. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: **Painel 1 - Cruzamento Raça e Classe**, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14, n.1, 2006, p. 287-293. DOI: 10.1590/S0104-

026X2006000100015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ref/a/H3vYXT6tFXPKj3ppKDQNq7p/#>. Acesso em 18 mai. 2022.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. **Cadernos Pagu**, n.3, 2015, p. 199–228. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8637329>. Acesso em 25 mai. 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, 1988, p. 69-82.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.16, 2015. p. 193-210. DOI: 10.1590/0103-335220151608. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt#>. Acesso em 15 abr. 2022.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas - só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 70, pág. 1-22, 2019. DOI: 10.1590/1678-987319277003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?lang=pt#>. Acesso em 10 jun. 2022.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**. Alagoas, v.4, n.1, 2015. p. 231- 245. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>. Acesso em 17 ago. 2022.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. **Anais [...]**. s. l.: ALACIP; Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP); Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n.17, 2009. p. 159- 189. DOI: 10.1590/S0104-026X2009000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/?lang=pt>. Acesso em 30 mai. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, 2010. p. 15-23. DOI: 10.1590/S0104-44782010000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNCsBf5r>. Acesso em 13 set. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de, SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009. p. 116-149.

RODRIGUES, Alessandra Gato; GADENZ, Danielli; RUE, Letícia Almeida de la. Feminismo. Com: O movimento feminista na sociedade em rede. **Derecho y Cambio Social**, n. 36, 2014, p. 1-28. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5472578>. Acesso em 12 set. 2022.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos feministas**. Florianópolis, 14 (3), 272, set – dez, 2006. DOI: 10.1590/S0104-026X2006000300012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8cBXFkwQBzZg3qYn67ZvmgS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 12 mai. 2022.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

SANTOS, Jennifer Stephanie C. dos. Articulado gênero e raça: algumas críticas do feminismo negro ao pensamento feminista hegemônico ocidental. **Revista Três [...] Pontos**. Belo Horizonte: UFMG, n. 13.1, 2017. p. 27-34. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3388>. Acesso em 17 mai. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 12 dez. 2021.

SILVA, Joasey Pollyanna A. da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita J. Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**. Encontro Virtual, v. 7, n. 1, 2021. p. 101–122. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em 07 jul. 2022.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n.3, 1994. p. 29-62. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em 20 jul. 2022.